ANEXO II

CERTIDÃO DE PERDA

|  |
| --- |
| SECÇÃO A:  Estado de emissão: …………………………………...……………………………………………….  Autoridade de emissão: …………………………..…………………………………….......................  Estado de execução: ……………….………………………………………………………………….  Autoridade de execução (caso seja conhecida): ………………………………………....................... |
| SECÇÃO B: Decisão de perda  1. Tribunal que proferiu a decisão de perda (designação oficial): ………………………………………………………………………………………………..  2. Número de referência da decisão de perda (se disponível): ………………………………………………………………………………………………..  3. A decisão de perda foi proferida em (data): ………………………………………………………………………………………………..  4. A decisão de perda transitou em julgado em (data): ……………………………………………………………………………………………….. |
| SECÇÃO C: Pessoa(s) afetada(s)  Identidade da(s) pessoa(s) contra a qual/as quais foi emitida a decisão de apreensão, ou da(s) pessoa(s) proprietária(s) dos bens abrangidos pela decisão de perda (se houver várias pessoas afetadas, forneça informações sobre cada uma delas):  1. Dados de identificação  i) se se tratar de pessoa(s) singular(es)  Apelido: ………………………………………………………………………………………………  Nome(s) próprio(s): ……………..……………………………………………………………………  Outro(s) nome(s) relevante(s) (se for caso disso): …………………………………………………...  Alcunhas e pseudónimos (se for caso disso): ……………………………………………………...…  Sexo: …………………………………………………………………………………………………  Nacionalidade: ………………………………………..……………………………………………....  Número de identificação ou de beneficiário da segurança social, se disponível: ………………………………………………………….……………………………………………...  Tipo e número do(s) documento(s) de identificação (bilhete de identidade ou passaporte), se disponível:  ………………………………………………………………………………………………………… |
| Data de nascimento: …………………………………………………………………………………..  Local de nascimento: …………………………………………………………………………………  Residência e/ou endereço conhecido (caso não seja conhecido, indicar o último endereço conhecido):  …………………………………………………………………………………………………………  Idioma(s) que a pessoa afetada compreende: …………………………………………………………  Indique a qualidade que a pessoa afetada assume no processo:  □ pessoa visada pela decisão de perda  □ pessoa proprietária dos bens abrangidos pela decisão de confisco:  ii) se se tratar de pessoa(s) coletiva(s)  Nome: …………………………………………………………………………………………………  Forma jurídica: ……………………..…………………………………………………………………  Denominação abreviada, denominação corrente ou firma (se aplicável): ………………………..…..  Sede estatutária: ……………………………………………………………………………………….  Número de registo: …………………………………………………………………………………. |
| Endereço: ……………………..………………………………………………………………………  Nome do representante: …………………………………………………………………………..…..  Indique a qualidade que a pessoa afetada assume no processo:  □ pessoa visada pela decisão de perda  □ pessoa proprietária dos bens abrangidos pela decisão de perda  2. Se diferente do(s) endereço(s) acima indicado(s), indique o local onde deverá ser executada a decisão de perda:  ………………………………………………………………………………………………..  3. Partes terceiras cujos direitos relativamente aos bens abrangidos pela decisão de perda sejam diretamente prejudicados pela ordem (identidade e motivos):  ……………………………………………………………………………………………….. ………………………………………………………………………………………………..  4. Outras informações que possam ser úteis na execução da decisão de perda:  ……………………………………………………………………………………………….. |
| SECÇÃO D: Informações sobre os bens abrangidos pela decisão  1. O tribunal decidiu que os bens:  □ constituem o produto de uma infração penal ou correspondem, no todo ou em parte, ao valor desse produto  □ constituem os instrumentos dessa infração penal ou correspondem ao valor desses instrumentos  □ são passíveis de perda mediante a aplicação no Estado de emissão de um dos poderes de perda previstos na Diretiva 2014/42/UE (incluindo a perda alargada)  □ são passíveis de perda por força de quaisquer outras disposições relacionadas com os poderes de perda, incluindo a perda sem condenação definitiva previsto na legislação do Estado de emissão relativamente a uma infração penal  2. Indique se a decisão diz respeito a:  Um montante em dinheiro  Um ou mais bens específicos (corpóreos ou incorpóreos, móveis ou imóveis)  Bens de valor equivalente (no âmbito de perda baseada no valor) |
| 3. Caso a decisão diga respeito a um montante em dinheiro ou a bens de valor equivalente a esse montante em dinheiro:   * Montante a executar no Estado de execução, em algarismos e por extenso (com indicação da divisa): ………………………………………………………………………………….. * Montante total abrangido pela decisão, em algarismos e por extenso (com indicação da divisa): ………………………….…………………………………………………………..   Informações suplementares:   * Motivos que levam a crer que a pessoa afetada possui bens/rendimentos no Estado de execução:  ……………………………………………………………………………………………….. * Descrição dos bens/da fonte de rendimento da pessoa afetada (se possível):  ……………………………………………………………………………………………….. * Localização exata dos bens/da fonte de rendimento da pessoa afetada (caso não seja conhecida, a última localização conhecida): …………………………………………………………………………………………..…... * Dados da conta bancária da pessoa afetada (caso sejam conhecidos):  ..................................................................................................................................................   4. Caso a decisão diga respeito a um ou mais bens específicos ou a bens de valor equivalente a esses bens: |
| Motivos que deram origem à transmissão da decisão ao Estado de execução:  o ou os bens específicos estão localizados no Estado de execução  o ou os bens específicos estão registados no Estado de execução  a autoridade de emissão tem motivos razoáveis para crer que a totalidade ou parte do ou dos bens específicos abrangidos pela decisão estão localizados no Estado de execução.  Informações suplementares:   * Motivos que levam a crer que o ou os bens específicos estão localizados no Estado de execução: ………………………………………………………………………………..……………… ……………………………………………………………………………………………….. * Descrição do ou dos bens: …….…………………………………………………………………………………………. * Localização do ou dos bens (caso não seja conhecida, a última localização conhecida):  ……………………………………………………………………………………………….. * Outras informações pertinentes (por exemplo, designação de um administrador judicial): ………………………………………………………………………………………………..   5. Informações sobre a conversão e transferência de bens |
| Caso a decisão diga respeito a um bem específico, indique se a legislação do Estado de emissão prevê que a perda no Estado de execução pode ser efetuada através da perda do montante em dinheiro correspondente ao valor dos bens a confiscar:  Sim  Não |
| SECÇÃO E: Decisão de apreensão  Indique se:  □ a decisão de perda é acompanhada de uma decisão de apreensão emitida no Estado de emissão (número de referência da certidão de apreensão): ……………………………......................................................................................................  □ os bens foram apreendidos nos termos de uma decisão de apreensão anterior transmitida ao Estado de execução   * data de emissão da decisão de apreensão:………………………………………………....... * data da transmissão da decisão de apreensão:……………………………………………….. * autoridade para a qual foi transmitida ………………………………………………….…… * número de referência atribuído pela autoridade de emissão:………………………………... * número de referência atribuído pelas autoridades de execução: …………………………… |
| SECÇÃO F: Motivos que deram origem à decisão de perda  1. Resumo dos factos e motivos para a emissão da decisão de perda, incluindo uma descrição da infração ou das infrações penais e outras informações pertinentes: ………………………………………………………………………………………………..  2. Natureza e qualificação jurídica da infração ou das infrações penais que deram origem à emissão da decisão de perda e disposição ou disposições jurídicas aplicáveis:  ………………………………………………………………………………………………..  3. A infração penal que deu origem à emissão da decisão de perda é punível no Estado de emissão com pena privativa de liberdade de duração máxima não inferior a três anos e faz parte da lista de infrações penais seguidamente transcrita? (assinale a casa correspondente). Caso a decisão de perda diga respeito a várias infrações penais, indique o seu número na lista de infrações penais infra (correspondente às infrações penais descritas nos pontos 1 e 2 supra).  □ participação numa organização criminosa  □ terrorismo  □ tráfico de seres humanos  □ exploração sexual de crianças e pornografia infantil |
| □ tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas  □ tráfico de armas, munições e explosivos  □ corrupção  □ fraude, incluindo fraude e outras infrações penais que lesam os interesses financeiros da União na aceção da Diretiva (UE) 2017/1371  □ branqueamento dos produtos do crime  □ falsificação de moeda, incluindo a contrafação do euro  □ cibercriminalidade  □ crimes contra o ambiente, incluindo o tráfico de espécies animais ameaçadas e de espécies e variedades vegetais ameaçadas  □ auxílio à entrada e à permanência irregulares  □ homicídio voluntário ou ofensas corporais graves  □ tráfico de órgãos e tecidos humanos  □ rapto, sequestro ou tomada de reféns  □ racismo e xenofobia |
| □ roubo organizado ou à mão armada  □ tráfico de bens culturais, incluindo antiguidades e obras de arte  □ burla  □ extorsão de proteção e extorsão  □ contrafação e piratagem de produtos  □ falsificação de documentos administrativos e respetivo tráfico  □ falsificação de meios de pagamento  □ tráfico de substâncias hormonais e outros estimuladores de crescimento  □ tráfico de materiais nucleares e radioativos  □ tráfico de veículos roubados  □ violação  □ fogo posto  □ crimes abrangidos pela jurisdição do Tribunal Penal Internacional  □ desvio de avião ou navio  □ sabotagem |
| 4. Outras informações pertinentes (por exemplo, a relação entre os bens e a infração penal):  ……………………………………………………………………………………………….. |
| SECÇÃO G: Caso a certidão de perda tenha sido transmitida a vários Estados de execução, forneça as seguintes informações:  1. A certidão de perda foi também transmitida ao(s) seguinte(s) Estado(s) de execução (Estado e autoridade):  ……………………………………………………………………………………………….. ………………………………………………………………………………………………..  2. A decisão de perda foi transmitida a vários Estados de execução pelo seguinte motivo:  Caso a decisão de perda diga respeito à propriedade de bens diferentes:  Supõe­‑se que diferentes bens abrangidos pela decisão estejam localizados em diferentes Estados de execução  A execução da perda de um bem específico exige a realização de ações em vários Estados de execução |
| Caso a decisão de perda diga respeito a um montante em dinheiro:  O bem em causa não foi apreendido nos termos do Regulamento (UE) 2018/1805  O valor estimado do bem passível de perda no Estado de emissão e em qualquer Estado de execução não se afigura suficiente para a perda do montante total abrangido pela decisão  Outras necessidades específicas:  ………………………………………………………………………………………………..  3. Valor dos ativos, caso seja conhecido, em cada Estado­ de execução: ……………………………………………………………………………………………….. ………………………………………………………………………………………………..  4. Caso a execução da perda do bem ou bens específicos exija a realização de ações em vários Estados de execução, descrição das ações a realizar no Estado de execução: ……………………………………………………………………………………………….. |
| SECÇÃO H: Processo que conduziu à decisão de perda  Indique se a pessoa contra a qual foi emitida a decisão de perda compareceu pessoalmente no julgamento que conduziu à decisão de perda associada a uma condenação definitiva:  1. □ Sim, a pessoa compareceu pessoalmente no julgamento.  2. □ Não, a pessoa não compareceu pessoalmente no julgamento |
| 3. □ Não, não se realizaram audições em conformidade com as regras processuais nacionais.  4. Se assinalou a casa no ponto 2, confirme se se verifica uma das seguintes situações:  4.1a. □ A pessoa foi notificada pessoalmente em (dia/mês/ano) ... e desse modo informada da data e do local previstos para o julgamento que conduziu à decisão de perda e informada de que essa decisão de perda podia ser proferida mesmo não estando presente no julgamento  OU  4.1b. □ A pessoa não foi notificada pessoalmente, mas recebeu efetivamente por outros meios de informação oficial da data e do local previstos para o julgamento que conduziu à decisão de perda, de uma forma que deixou inequivocamente estabelecido que teve conhecimento do julgamento previsto, e foi informada de que podia ser proferida uma decisão de perda mesmo não estando presente no julgamento  OU  4.2. □ Tendo conhecimento do julgamento previsto, a pessoa conferiu mandato a um advogado designado por si ou pelo Estado para a sua defesa em tribunal e foi efetivamente representada por esse conselheiro no julgamento |
| OU  4.3. □ A pessoa foi notificada da decisão de perda em (dia/mês/ano) … e expressamente informada do direito a novo julgamento ou a recurso, e a estar presente nesse julgamento ou recurso, que permite a reapreciação do mérito da causa, incluindo novos elementos de prova, e pode conduzir à revogação da decisão inicial de perda, e  □ a pessoa declarou expressamente que não contestava a decisão de perda  OU  □ a pessoa não requereu novo julgamento ou recurso dentro do prazo aplicável  5. Se assinalou a casa nos pontos 4.1­‑B, 4.2 ou 4.3, forneça informações sobre a forma como foi preenchida a condição pertinente: …………………………………………………... |
| SECÇÃO I: Medidas alternativas, incluindo penas privativas de liberdade  1. Indique se a lei do Estado de emissão permite a aplicação, pelo Estado de execução, de medidas alternativas, caso não seja possível executar a decisão de perda, no todo ou em parte:  □ Sim  □ Não |
| 2. Em caso afirmativo, indique as medidas que podem ser aplicadas:  □ Prisão (período máximo): ………………………………………………………………………………………………..  □ Prestação de trabalho a favor da comunidade (ou equivalente) (período máximo): ………………………………………………………………………………………………..  □ Outras medidas (descrição): ……………………………………………………………………………………………….. |
| SECÇÃO J: Decisão de restituição de bens ou de indemnização da vítima  1. Indique, consoante o caso, se:  □ uma autoridade de emissão ou outra autoridade competente do Estado de emissão proferiu uma decisão de indemnização à vitima ou de restituição à vítima do seguinte montante em dinheiro: …………………………………………………………………………………….  □ uma autoridade de emissão ou outra autoridade competente do Estado de emissão proferiu uma decisão de restituição à vítima, não de dinheiro, mas dos seguintes bens: ………………………………………………………………………………………………..  □ existe um processo de restituição de bens ou de indemnização à vítima pendente no Estado de emissão, cuja decisão deverá ser comunicada à autoridade de execução |
| 2. Pormenores da decisão de restituição de bens ou de indemnização à vítima:  Autoridade que proferiu a decisão (designação oficial): ……………………………………………...  Data da decisão: ……………………………………………………………………………...………..  Data em que a decisão transitou em julgado: ………………………………………………...……….  Número de referência da decisão (se disponível): ………………………………………….………...  Descrição dos bens a restituir: ………..…………………………………………………....................  Nome da vítima: ……………………………….……………………………………….……………..  Endereço da vítima: …………………………………………………………………………………...  A autoridade de emissão é notificada em caso de transferência direta para a vítima. |
| SECÇÃO K: Dados respeitantes à autoridade de emissão  Designação da autoridade: …………………………………………………………………………….  Nome da pessoa de contacto: …………………………………..……………………………………..  Função (cargo/grau): ……………………………………………..…………………………………...  Processo n.º: ………………….……………………………………………………………………….  Endereço: …………………………….………………………………………………………………. |
| N.º de telefone (indicativo do país) (indicativo regional): …………………………………………....  N.º de fax (indicativo do país) (indicativo regional): ………………………………………………....  Correio eletrónico: ………………………..…………………………………………………………...  Idiomas em que é possível comunicar com a autoridade de emissão: …………………..……………  Se diferentes dos acima indicados, dados de contacto da(s) pessoa(s) a contactar para obter mais informações ou definir disposições práticas com vista à execução da decisão ou à transferência dos bens: …………..………………………………………………………………………………………  Nome/cargo/organização: ……………………………………………………………………………..  Endereço: ……..……………………………………………………………………………………….  Correio eletrónico/n.º de telefone: ……………………………………….……………………………  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Assinatura da autoridade de emissão e/ou do seu representante atestando a veracidade e exatidão das informações constantes da certidão de perda: …………………………………………………….  Designação:…………………………………………………………………………………………… |
| Função (cargo/grau): ……………………………………………..…………………………………...  Data: …………………………………………………………………………………………………..  Carimbo oficial (eventualmente): ……………………………………………………………............. |
| SECÇÃO L: Autoridade central  Caso tenha sido designada uma autoridade central para a transmissão e receção administrativas das certidões de perda no Estado de emissão, indique:  Designação da autoridade central: …………………………………………………………..………...  Pessoa de contacto: ………………………………………………..…………………………………..  Função: (cargo/grau): ……………………………………….………………………………………...  Processo n.º: ………………………………………….……………………………………………….  Endereço: …………………………..………………………………………………………………….  N.º de telefone (indicativo do país) (indicativo regional): ....................................................................  N.º de fax (indicativo do país) (indicativo regional): ............................................................................  Correio eletrónico: ………………..…………………………………………………………………... |
| SECÇÃO M: Dados de pagamento do Estado de emissão  IBAN: …………………………………………………………………………………………………  BIC: …………………………………………………………………………………………………...  Nome do titular da conta: …………………………………………………………………………….. |
| SECÇÃO N: Anexos  Indique os anexos enviados juntamente com a certidão: |